



REVISTA

Ano I nº1 - junho de 2018

INDICAL

NOSSAS ORIGENS E

CONSCIÊNCIA

DE CLASSE

POR QUE PRECISAMOS ESTAR UNIDOS?



EDITORIAL

É com sentimento de realização que lançamos a primeira edição da Revista do Sindical. Trata-se de um projeto idealizado e construído pela diretoria de nosso sindicato, que sinaliza para uma nova fase do desafio de representar os servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Para tanto, imaginamos que a Revista apresentasse a visão não apenas dos diretores eleitos, mas de um conjunto heterogêneo de servidores: ocupantes de diversos cargos, ex-diretores e servidores que fazem parte da história de nosso sindicato em seus numerosos momentos de lutas, de articulações, de vitórias e de derrotas.

Este, portanto, é fruto de um trabalho coletivo de servidores que dispuseram de um período de seu tempo de descanso para contribuir para a concretização deste projeto. A missão da diretoria foi trabalhar para que as coisas acontecessem. Mas sem a disposição de uma grande quantidade de pessoas, esta primeira edição não existiria.

A premissa maior da Revista do Sindical é a liberdade. Em tempos de crescente intolerância, a capacidade de ouvir o outro é um ato de resistência. Desse modo, todos os que foram

convidados – e que aceitaram generosamente o convite –, tiveram absoluta liberdade em apresentar sua visão – inclusive com críticas à própria entidade – independentemente da linha política da diretoria do Sindical. Isso nos conduz à leitura de textos com os quais não concordamos.

Mas esse é um grande desafio a que nos submetemos na tarefa de representar uma massa de servidores com pensamentos e visões de mundo tão variadas: não apenas tolerar, mas respeitar a visão do outro, considerar, na discordância, que haja motivos honestos para o outro perceber a realidade de forma diferente. Só assim seremos capazes de verdadeiramente dialogar e encontrar uma solução que, mais do que apaziguar ânimos, seja existencialmente enriquecedora.

Nesta edição, diante de 25 anos de existência, falamos um pouco da nossa história, um resgate das origens dos sindicatos e das origens do Sindical, trazemos o desafio pela qualidade de vida no trabalho e a importância da consciência de classe entre os trabalhadores. Temos entrevistas com personagens importantes da nossa história, artigos de servidores convidados, além de temas atuais como previdência social e reivindicações para 2018.

«Esse é um grande desafio a que nos submetemos na tarefa de representar uma massa de servidores com pensamentos e visões de mundo tão variadas.»



AS NOSSAS ORIGENS
POR QUE PRECISAMOS ESTAR UNIDOS?
Thiago Bazi Brandão
Pág. 3



IPREV MUDANÇAS NO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL
Hugo Mendes Plutarco
Pág. 10



TRABALHADOR E CONSCIÊNCIA DE CLASSE, NOSSO MAIOR DESAFIO
Jeizon Silverio
Pág. 6



DESAFIOS PARA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
Antônio Paulo Pinheiro Lima
Pág. 12



UM TOQUE DE CULTURA E POLÍTICA
Theófilo Silva
Pág. 9

EXPEDIENTE Esta é uma publicação do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal

Jeizon Allen Silverio Lopes Presidente	Maria Bezerra de Andrade 1º Vice-Presidente	Átila Vinícius de Carvalho 2º Vice-Presidente	Marlos Marques de Oliveira Diretor Secretário	Victor Lúcio Figueiredo Diretor de Administração
Luiz Alberto Alves Ferreira Diretor de Ass. Jurídicos	Valquírio Cavalcante Diretor de Finanças	Fabrcio Veloso Costa Diretor de Com. Social	Thiago Bazi Brandão Diretor de Form. Sindical	Wilson Lopes da Silva Diretor de Ass. Econômicos

SIG - Quadra 02, Lotes 420, 430 e 440 - Edifício City Offices, salas 231 e 233 - Telefone: 3347 8400 - e-mail: sindical@sindical.org.br.

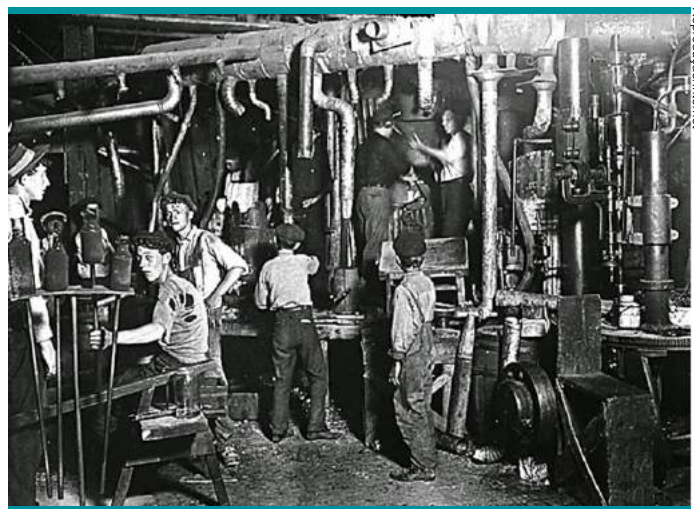
Revisão: Paulo Parucker - Jornalista: Ana Paula Alves DRT 8304-DF - Diagramação: Ana Paula Alves

AS NOSSAS ORIGENS POR QUE PRECISAMOS ESTAR UNIDOS?

Por Thiago Bazi*

Por que precisamos estar unidos? Indago vocês acerca da base constituinte dos trabalhadores na era moderna. Vamos tratar aqui de alguns episódios históricos e lançaremos algumas hipóteses que tendem a revelar a importância da união dos trabalhadores frente à sua fragmentação em múltiplas categorias ou camadas.

Partindo do início da industrialização, ainda no século XVIII, vamos perceber que as condições de trabalho, especialmente nas minas de carvão, eram degradantes. Tornavam a saúde do trabalhador precária e inviabilizavam o aproveitamento da sua vida útil, na família, no lazer e nos cuidados consigo mesmo. O livro clássico de Emile Zola “Germinal”, que depois virou filme, revela em detalhes os custos humanos, sociais e psicológicos da exploração do trabalho.



Condições de trabalho no século XIX (autor desconhecido).

Frente a isso, os trabalhadores utilizaram um dos princípios fundamentais para a nossa união, a solidariedade, destinada inicialmente a atender aqueles que sofreram algumas das contingências sociais, a saber: idosos, doentes e acidentados no trabalho. Para isso, os trabalhadores, por conta própria, fizeram cotizações para a formação de um fundo de atendimento aos trabalhadores enfermos e idosos. Este mesmo fundo depois serviu de base para a organização na forma de associações e sindicatos.

Tais organizações dos trabalhadores foram responsáveis por reivindicarem direitos, melhores condições de trabalho e vida. Obtivemos muitas conquistas com a união da classe trabalhadora e nosso auge aconteceu quando conseguimos nos organizar e formar a “Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

No entanto, ao longo dos anos vamos perceber que por diferenciações ideológicas, por defender a conquista de direitos diferentes, por defender estratégias diferentes de luta

por direitos, os grupos de trabalhadores se fragmentaram. Em alguns episódios da história no Brasil e no mundo, vimos verdadeiros “rachas”, por exemplo, entre trabalhadores do setor privado e do setor público, entre categorias específicas do setor público judiciário, legislativo e executivo, e inclusive dentro das próprias carreiras de profissionais liberais.



Revolução industrial: Operários belgas em greve - gravura do século XIX.

A fragmentação nos ajuda a ter clareza de quais são nossas demandas específicas, mas fraciona a luta e tende a favorecer mais o “patrão” nas negociações. Lembremos que o patrão tem historicamente maior poder de barganha nas negociações, sendo conferido a ele o poder de admissão, demissão, majoração salarial, oferta de benefícios, garantia de condições de trabalho e outros. Além disso, cabe frisar que a fragmentação dos trabalhadores pode gerar um corporativismo que não contribui para o bem-estar coletivo.

Assim, em um momento em que toda a classe trabalhadora está tendo seus direitos reduzidos internacionalmente e no Brasil, com a reforma trabalhista, proposta de reforma da previdência e outros, é salutar que pensemos sobre a nossa união. E, também, o quão importante é retomarmos a ideia de solidariedade para fortalecer as lutas específicas de categorias e setores, bem como de todo o conjunto dos trabalhadores.

É com esse mote que propomos o fortalecimento do Sindical, da Assecam, da ACTL, da Asselegis e da Aspolegis na perspectiva da união de forças em prol do bem-estar do servidor e da melhoria do serviço público. Avante, senhoras e senhores!

*Diretor de Formação Sindical do Sindical
Consultor Técnico Legislativo/Assistente Social.

ACTL ASSOCIAÇÃO DOS CONSULTORES TÉCNICOS LEGISLATIVOS

Pela diretoria da ACTL

A ACTL é uma associação de classe da CLDF que reúne os Consultores Técnicos-Legislativos (CTL). Ela surgiu de um hiato de representação. Tal qual acontece em todo o mundo contemporâneo, os CTL em determinado momento sentiram a necessidade de ter um contato com a alta direção da Câmara, reivindicar os direitos da categoria, considerando que a entidade que os devia representar estava meio apática. Ao mesmo tempo, como o cargo se caracteriza pela existência de uma dezena de categorias profissionais, havia um desejo de que os associados se encontrassem mais, discutissem seus interesses e se integrassem melhor, inclusive aproximando suas famílias.

No início, havia uma dificuldade de comunicação, mas os obstáculos aos poucos foram vencidos. Após três anos, hoje a ACTL está se fortalecendo como associação e tem pleiteado junto a Mesa Diretora direitos como o pagamento da licença-prêmio em pecúnia para os servidores que já implementaram as condições para aposentadoria, a revisão do teto salarial nos moldes adotados para os desembargadores do TJDF, garantido pela Lei Complementar nº 840/2011, o cumprimento dos requisitos do Plano de Carreiras para ocupação dos postos gerenciais da Casa, com ampliação do acesso aos servidores do cargo, bem como a manutenção da exigência de concursos públicos para provimento de qualquer cargo na CLDF, sem transposições de cargos ou outros artifícios inconstitucionais.

A ACTL apoia totalmente a manutenção dos direitos dos demais cargos da carreira. Endossa a garantia daqueles cargos cujos quadros não mais serão providos. Mantém, entretanto, o posicionamento de que a carreira da Câmara seja provida somente por critérios constitucionalmente admitidos e pelo mérito do candidato, somente possível por meio da realização de certame público universalizado, da mesma forma que se deu conosco. Qualquer outra forma de seleção caracterizaria o vício patrimonialista e clientelista tão condenável pela sociedade.

Entre seus pares, os CTL têm promovido confraternizações prestigiadas pelos associados e familiares, das quais participam ativos e inativos para conversar e desfrutar



de momentos gastronômicos memoráveis.

Paralelamente, a ACTL também procura fomentar um bom ambiente organizacional na CLDF. No ano passado, participou como uma das patrocinadoras do evento de promoção da saúde dos servidores da Casa e encaminhou sugestão de outras campanhas para melhorar a qualidade de vida da comunidade legislativa nas quais tem o desejo de participar e oferecer patrocínio.

Mas a ACTL não quer apenas atuar nas quatro paredes da Câmara. Ela deseja ajudar a promover um ótimo relacionamento entre a CLDF e a sociedade do DF, esclarecer o papel do Legislativo junto à comunidade e engajar a Casa na vanguarda da administração pública gerencial, descontaminada de mazelas hoje tão decepcionantes nas esferas do poder público.

Assim, espera contribuir para a construção de um novo modelo de administração pública, que coloque o cidadão comum, pagador de impostos, em primeiro lugar em todas as suas ações e atividades, principalmente por meio do fomento ao exercício do cargo público de maneira profissional, íntegra e comprometida com os anseios da sociedade.

ASSECAM

15 ANOS

Pela diretoria da Assecam

É com imenso prazer que informamos aos nossos parceiros, filiados e amigos que a Associação dos Servidores, Ex-servidores e Pensionistas da Câmara Legislativa do DF – Assecam completou, em março último, quinze anos de idade, forte e robusta como um jovem adolescente. Agindo de forma dinâmica e transparente, a Assecam cumpre hoje, de forma plena, o seu papel de entidade dedicada a proporcionar bem estar, comodidade e facilidades para seus associados, contando com grande variedade de benefícios, convênios e vantagens em geral aos seus filiados.

A Associação dos Servidores do Poder Legislativo caminha, hoje, lado a lado com o Sindical, preservando o respeito e o espaço de cada um. Para o presidente da Assecam, Márcio Mendes, “O objetivo dessa diretoria é devolver ao associado o que é investido por ele em sua totalidade. O filiado quer benefícios, descontos e vantagens; quer saber como a sua

mensalidade é empregada. Esse é o nosso papel: agir com responsabilidade e transparência”, afirma.

A relação amigável e o entrosamento de hoje são resultado de um longo processo de mudança enfrentado pelas diretorias das entidades. No passado houve um ambiente de enfrentamento. O clima, que já foi de conflitos políticos e de disputa de interesses, aos poucos foi revertido em uma relação de parceria e de boa convivência, e quem ganha é o servidor.

Nos últimos anos, Assecam e Sindical têm firmado parcerias, algumas vezes também com a direção da CLDF, para a realização de eventos para os servidores. Neste ano, repetindo o feito de 2017, vamos nos unir para realização da Festa Junina da Casa. Isso porque entendemos que, somente unindo e somando forças, seremos capazes de proporcionar o melhor para nossa categoria. Vida longa à CLDF e seus servidores, ao Sindical e à Assecam.

QUEM É FILIADO À ASSECAM TEM

Lavagens de carros na CLDF, rodízios de sushi ou churrasco grátis, descontos exclusivos incríveis nos restaurantes ao redor da CLDF, Kits da Mary Kay, Natura gratuitos, Semana da Tapioca Grátis, Churrasco de aniversário na Pampa, Festa Junina com lanches grátis, Festa de Natal com sorteios de carros e motos, mais de mil convênios diversos: de funerária a pet shop, de planos de saúde/odontológicos a clubes de aventuras, de colégios e faculdades a passagens aéreas. Venha para a Assecam você também!

Márcio Mendes (Presidente da Assecam)



ASSECAM

Associação dos Servidores, Ex-Servidores e Pensionistas
da Câmara Legislativa do Distrito Federal



TRABALHADOR E CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Por Jeizon Silverio*

Noutro dia, eu estava em um restaurante e fui atendido por um garçom conhecido de algum tempo. O trabalhador – um jovem de classe média remediada – foi meu aluno em uma faculdade particular de Brasília, onde estudava direito no período noturno.

O restaurante estava vazio, o que permitiu que conversássemos com mais vagar sobre uma série de questões da vida cotidiana. O rapaz sabia de minha condição de dirigente sindical e logo desabafou:

– Tive uma redução de quase metade de todo o meu salário e o meu sindicato nada fez. Tive que trancar minha faculdade e já estava no quinto ano de Direito! O senhor vai me desculpando, mas esses sindicatos não servem para nada! Ainda bem que acabaram com esse imposto sindical!

Eu fingi não saber o motivo pelo qual a renda dele havia diminuído, já que sua última fala sobre o imposto sindical abria espaço para uma conversa mais qualificada do ponto de vista político.

Também comecei a me lembrar que o jovem não era um mau aluno, mas se destacava em sala não por sua seriedade, dedicação ou por seu interesse na disciplina, mas por ser um autômato da ideologia neofascista brasileira, reproduzidor de clichês e de jargões de ícones do reacionarismo que ganharam espaço e notoriedade nos grandes meios de comunicação de massa e se consolidaram entre os *best-sellers*

da tragicômica Revista *Veja*.

Propalava lugares-comuns da tolice média dos últimos tempos, como “não tenho corrupto de estimação”, “nossa bandeira nunca será vermelha” (apesar de ele amar o vermelho da bandeira Estados Unidos da América), e, claro, como jovem que sonhava ser delegado e estava em uma aula de direito penal, não perdia a oportunidade de dizer que bandido bom era bandido morto ou coisas do tipo.

Antes que o rapaz se afastasse de minha mesa para atender outro cliente, consegui ler o seu nome e, assim que pude, fiz rápida pesquisa de seu perfil no *Facebook*. Lá estavam as fotografias dele desfaldando a bandeira nacional na Esplanada dos Ministérios, todo de verde e amarelo, lutando contra a corrupção ao lado de patos da FIESP. Mais: nove em cada dez postagens compartilhavam mensagens dos grupos políticos “MBL” e “Vem pra Rua”.

Não havia, no entanto, nenhuma postagem dele contra a reforma da previdência ou contra a reforma trabalhista. Nenhuma fotografia sua em manifestações contra os atos do atual governo no que diz respeito ao congelamento de gastos sociais, ao mais de trilhão de tributos desviados de nosso futuro em benefício de grandes multinacionais do petróleo. O rapaz era um exemplo perfeito, entre tantos milhões, dos que se movem pela indignação seletiva moldada pelo poderoso oligopólio de mídia de nosso país.



Fotos: reprodução/Internet



Esquema da Petrobras pagou despesas pessoais de Dilma

6 mensagens em poder da PGR indicam pagamento até de cabeleireiro

O GLOBO

Democracia tem novo 15 de março

fazem estado

Execução na porta de escola

Relator aponta indícios de crimes de Dilma

Texto que recomenda impedimento da presidente será votado segunda

NOSSO MAIOR DESAFIO

Fotos: reprodução/Internet



Centro de São Paulo: Em 1964 - Marcha com Deus pela Família, em defesa do regime militar. Em 2015 - Manifestação pró impeachment da presidente Dilma.

Quando voltou, o rapaz insistiu sobre a inércia dos sindicatos. Perguntei a ele se sabia do motivo pelo qual sua renda havia caído tanto, já que a nossa combalida Constituição ainda garantia a irredutibilidade de salários.

Desgraçadamente, mesmo tendo chegado ao quinto ano de uma faculdade de Direito, o jovem não conseguia compreender ou, pelo menos, explicar a alteração legislativa que viabilizou em grande parte a drástica diminuição de sua renda.

Então perguntei:

– Você é sindicalizado?

– Não – respondeu, enfático.

– Já foi sindicalizado?

– Nunca. Para quê?

– Só para dizer que o motivo de sua abrupta redução de renda decorre, especialmente, da reforma trabalhista. Conheço o sindicato que representa você e lembro-me de que estava lá, presente, nas manifestações, protestando contra a reforma trabalhista, muita gente com um jaleco azul. Sinceramente, não sei se as entidades de trabalhadores conseguiriam fazer frente à reforma trabalhista, mas o seu sindicato estava lá. Você estava?

– Não.

É claro que não avancei em outras questões políticas,

apenas lembrei ao jovem que o “MBL” e o “Vem pra Rua” apoiaram oficialmente as reformas da previdência e trabalhista de Michel Temer e que essa última, ao ser aprovada, entre outras tragédias muito maiores, se traduziu em redução dramática das gorjetas dos garçons, cuja parte relevante passou a ser deduzida do ônus tributário de seu empregador.

Em bom português: a reforma trabalhista tirou do bolso do trabalhador e levou para o bolso do patrão. Isso tudo com a singela contribuição do nosso jovem patriota que, da “reforma”, pelo jeito, apenas conhecia o fim do “imposto sindical”.

Esse é um exemplo concreto e individual de como as condições materiais de existência não são determinantes da posição política de um sujeito.

No serviço público, em geral, e no Poder Legislativo e no Tribunal de Contas do DF, em particular, a situação talvez seja ainda mais delicada.

Com um certo conforto em relação à massa geral de trabalhadores do Distrito Federal, muitos servidores fazem coro com discursos reacionários não apenas nos costumes, mas na concepção de Estado e de sociedade: a cantilena do Estado “naturalmente” ineficiente e corrupto (como se os corruptores não fossem agentes do mercado), abrindo-se

espaço para a privatização, para a terceirização e para ataque aos direitos dos próprios servidores públicos, tendo-se como consequência a desprofissionalização crescente nos quadros da Administração Pública e um prejuízo para toda a sociedade.

O comportamento tanto do garçom quanto de muitos servidores públicos passa a ser compreensível, ao consideramos o fato que somos bombardeados por poderosos grupos que dominam o estado da arte da manipulação.

Um trabalhador sem consciência de classe (seja ele garçom ou servidor público), imerso em um oceano de informações que o conduzem a uma conclusão aparentemente lógica e evidente, por mais informado e tecnicamente formado que seja, será presa fácil. Somente uma formação política sólida o fará desconfiar permanentemente do que ouve e lê e o fará imaginar quais verdadeiramente são os interesses por detrás da maioria das notícias.

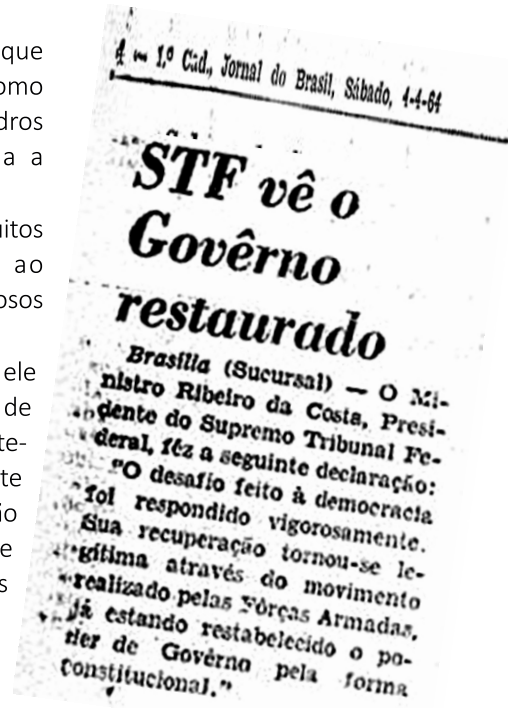
Em um quadro de crescente subfinanciamento das políticas sociais, aprofundado fortemente pelo atual governo federal sob o pretexto da crise econômica, e de fragilização das instituições de nossa jovem e enferma democracia, o prognóstico não é dos melhores.

Cabe a nós, organizações dos trabalhadores, apresentar o contraponto. O primeiro passo é a compreensão de nossa condição de classe no mundo. Não importa o quanto ganhamos ou qual o cargo público ou privado que ocupamos. Se vivemos exclusiva ou majoritariamente da renda de nosso trabalho, somos trabalhadores.

É nossa tarefa também incomodar, com fatos e argumentos, aqueles que assumem o discurso alheio por aspirarem ser aquilo que não são; pois, historicamente no Brasil, é a classe média – por sua ilusão de pertencimento à elite – não apenas a massa de manobra nos processos de ruptura institucional (como em 1964 e em 2016), mas a tropa de choque ideológica na sedimentação do senso comum que culpabiliza os despossuídos e exalta grupos hegemônicos que, muito mais do que produzir, se comportam como capitães do mato no contexto econômico internacional, vendendo nossas riquezas a preço de banana.

De que se nutre nossa classe média muito informada e pouco desconfiada? Das meias-verdades de uma grande imprensa pouco plural, quase monológica, que se comporta, cada vez de forma mais desavergonhada, também em razão da trágica falta de consciência de classe de muitos de seus trabalhadores, como inquisidora na criminalização da política, como porta-voz dos *usurpadores* de direitos e como catalisadores de uma histeria coletiva que começa, de forma cada vez mais clara, a sair de controle em nossa sociedade.

*Presidente do Sindical



Jornal do Brasil
04/04/1964 -
Presidente do
Supremo Tribunal
Federal faz declaração
em apoio ao golpe
militar. O Supremo, tal
qual em 2016,
mostrava sua
«independência» em
1964, cancelando o
golpe.



Folha de S. Paulo e O Globo exaltam «restabelecimento» da democracia em capas de apoio explícito ao regime militar.

FUGIU GOULART E A DEMOCRACIA ESTÁ SENDO RESTABELECIDA
EMPOSSADO MAZZILLI NA PRESIDÊNCIA
TEXTO NA 6.ª PAGINA



Um toque de CULTURA & POLÍTICA

Por Theófilo Silva

REFLEXÕES SHAKESPEARIANAS SOBRE O BRASIL

O personagem de Shakespeare adequado para falar do Brasil atual é Tersites, o sarcástico e implacável praguejador, de Tróilo e Créssida, a maior peça política do Bardo. Estamos vivendo um momento tão louco e doentio, tão cruel, tão sombrio, que estão faltando, na verdade, sobrando palavras, para analisarmos o suicídio da classe política brasileira e, por que não dizer, da maioria das instituições brasileiras. O comportamento destrutivo e criminoso de nossos homens públicos é semelhante aos dos combatentes da Guerra de Tróia, cenário onde se dá a história de Shakespeare.

Daí que só mesmo praguejando – já que ninguém quer se manifestar nas ruas – para exorcizar as dores que estamos sofrendo por conta da mais absoluta falta de espírito público da classe dominante brasileira, na verdade, de quase todos os poderes constituídos da República, à exceção de um pequeno número de abnegados, que fazem enormes esforços para que a ética e a justiça, condição básica para que uma sociedade prospere, prevaleça. A impunidade gerou um monstro, um Godzilla, que está destruindo o país e assassinando lentamente o povo brasileiro.

Como eu disse antes, nossa história se passa na Guerra de Tróia, em que os dois lados travam uma guerra por conta do rapto de Helena por Menelau, um general grego. Orgulhosos e arrogantes, príncipes, guerreiros e generais lutam há oito anos, segundo eles, por uma causa nobre: o rapto de uma princesa que vive languidamente com seu raptor. Mas Tersites discorda de que a causa é nobre, para ele, todo caos e destruição “tem por causa um corno e uma prostituta”. Disse tudo! Para Tersites, trata-se de “Uma boa briga para atirar uma facção rival sobre a outra e para fazer sangrias até a morte” – aqui no Brasil as facções políticas se juntam e fazem a sangria do país. E Tersites vai desafiando sua teia de pragas sobre todos aqueles homens e mulheres irresponsáveis que transformaram a vida das duas nações num inferno. O panorama geral é de que todos perderam o juízo, e de que a arrogância, a vaidade, a mentira, a traição, a vingança, a desavença permanente são o caudal de organização da sociedade.

As personagens principais têm os pomposos e legendários nomes gregos criados por Homero: Aquiles, Ulisses, Nestor, Pátroclo, Ajax, Cressida, Heitor, Menelau...

Todos eles mergulhados numa loucura coletiva de escaramuças diárias. Da mesma forma que aqui no Brasil, com a diferença que as lutas diárias, aqui, são para roubar dinheiro público e lograr o povo.

Diante da loucura de Tróilo e Cressida, Shakespeare criou Tersites para ser o crítico dentro da peça. E Tersites faz uma leitura mordaz, aguda e cheia de sarcasmo – e brilhante – de cada um desses homens públicos enlouquecidos. Assim, Ajax “Tem tantos miolos, quanto ele no cotovelo” e que “Seu cavalo decoraria mais rápido um discurso do que tu aprenderias um texto sem livro” e que “Ele usa o espírito no ventre e o ventre na cabeça”. O “velho e respeitável” Nestor “Cujo espírito já estava mofado antes que nossos avós tivessem unha nos dedos dos pés”. Parece que Shakespeare está falando de Michel Temer. Michel cheira a mofo, é um homem mofado. Diz de Nestor, que: “Se quisesse sair, existiria inteligência nessa cabeça?” Pátroclo é “O retrato do que parece ser, ídolo de adoradores idiotas” – Como temos adoradores imbecis no Brasil! E

continua: “Ah, como pobre mundo está empestado de semelhantes moscas, esses rebotalhos da natureza”. Agamenon “Tem tanto cérebro quanto cera nos ouvidos”. Diomedes “É um patife de coração falso, um ordinário totalmente desleal” e que “O sol tirará luz da lua, quando Diomedes mantiver a palavra”. E conclui que “Por toda parte reina a luxúria! Só os perversos mandam”. “Por outro lado, a política desses patifes que se gabam da própria habilidade não deu resultados que valham uma amora silvestre”. “Reabilitaram a barbárie e a política tomba em descrédito”.

Vocês querem um melhor retrato do Brasil do que esse? Olhem nossos homens públicos! Não se trata de uma leitura totalmente atemporal do Bardo de Stratford?

Pegue a camarilha cínica de Michel Temer que está destruindo o Brasil, crescente dezenas, talvez centenas de bilhões de dólares roubados por eles, e temos um cenário shakespeariano da Guerra de Tróia no Brasil. Tersites termina dizendo que “Os verá enforcados, como patetas, antes que venha a por os pés debaixo de suas tendas”. É o que eu e 95% dos brasileiros desejam!

E termino dizendo: “Que vão para o inferno por um caminho semeado de primulas”.



Jardim das Delícias Terrenas - O inferno - Hieronymus Bosch, ano 1504.

IPREV/DF

Por Hugo Mendes Plutarco

Bacharel em Direito pela UFPE, Mestre em Direito, área de concentração em Análise Econômica do Direito pela UCB e Consultor Legislativo em Tributação e Orçamento.

Os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios têm, segundo o art. 40 da Constituição Federal, assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas. Esse regime de previdência denominado de Regime Próprio de Previdência Social – RPPS é regulado em âmbito nacional pela Lei Federal nº 9.717/98. O § 20 do art. 40 da Constituição Federal, por sua vez, dispõe ser vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de uma unidade gestora do regime próprio no âmbito de cada unidade federativa.

Registra-se que, no caso dos Municípios, apenas parcela deles possui RPPS (aproximadamente 35% dos municípios), vinculando-se os servidores daquelas outras municipalidades que não possuem regime próprio ao Regime Geral de Previdência Social- RGPS gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Não obstante pequena parcela dos Municípios possuam RPPS (35%), neles se concentram a maior parte da população (70%).

Mencione-se ainda que, tal qual os trabalhadores da iniciativa privada, não fazem parte do RPPS os servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, os servidores temporários e os ocupantes de empregos públicos, estando vinculados, pois, ao regime geral.

No âmbito do Distrito Federal, as funções de captação e de capitalização dos recursos necessários à garantia de pagamento dos benefícios previdenciários atuais e futuros dos segurados do RPPS do Distrito Federal está a cargo do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, autarquia em regime especial, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei Complementar Distrital nº 769/2008. O IPREV veio substituir o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal – IPASFE.

A Lei de criação do IPREV, acima mencionada, segmentou a massa de segurados do RPPS em dois grupos: a) o primeiro, vinculado ao Fundo Financeiro de Previdência - SEGURIDADE SOCIAL para os servidores admitidos até 31 de dezembro de 2006, bem como aos que já recebiam benefícios nessa data e os respectivos dependentes, e b) o segundo, vinculado ao Fundo Previdenciário do Distrito Federal – DFPREV,

destinado àqueles servidores que ingressaram no serviço público distrital a partir de 1º de janeiro de 2007 e aos seus dependentes. O Fundo Financeiro, referente ao primeiro grupo de servidores, é baseado no regime de repartição simples, ou regime de caixa, em que não é formada reserva prévia de recursos para o pagamento de benefícios previdenciários, sendo toda a arrecadação com contribuições previdenciárias utilizada, no mesmo exercício, para o pagamento dos benefícios ativos. Já o Fundo Previdenciário, referente ao segundo grupo de servidores mencionados, é baseado no sistema de capitalização prévia de recursos para pagamento dos benefícios já implantados e aqueles futuros.

Com o advento da Lei Complementar Distrital nº 932/2017, a primeira grande mudança foi a unificação das massas de segurados. Todos os servidores e dependentes que estavam no Fundo Previdenciário do Distrito Federal – DFPREV, ou seja, que ingressaram no serviço público distrital a partir de 1º de janeiro de 2007, passaram a integrar o Fundo Financeiro de Previdência.

A LC nº 932/2017 instituiu também o regime de previdência complementar para os servidores públicos do Distrito Federal. O mencionado regime será administrado pela Fundação de Previdência Complementar dos Servidores do Distrito Federal – DF-PREVICOM, pessoa jurídica de direito privado, com natureza pública, criada pelo Decreto do Governador do Distrito Federal nº 39.001, de 24 de abril de 2018. O regime de previdência complementar do Distrito Federal passará a ser obrigatório para os servidores que entrarem em exercício a partir da data de aprovação, pelo órgão federal fiscalizador (no caso a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC) dos instrumentos jurídicos necessários ao funcionamento dos respectivos planos de benefícios, o que até o momento não ocorreu.

Na esteira da já mencionada unificação da massa de segurados do Fundo Financeiro de Previdência (admitidos até 31 de dezembro de 2006) e aqueles integrantes do Fundo Previdenciário do Distrito Federal – DFPREV (admitidos a partir de 1º de janeiro de 2007), o Fundo Previdenciário do Distrito Federal – DFPREV passou a ser denominado de Fundo Capitalizado dos Servidores do Distrito Federal e a não mais ser integrado pelos servidores admitidos a partir de 1º de janeiro de

Algumas considerações acerca das mudanças no Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF promovidas pela Lei Complementar nº 931/17

2007, mas sim apenas por aqueles que vierem a tomar posse a partir da implantação do regime de previdência complementar. Com isso, pode-se afirmar que atualmente não existe em funcionamento plano capitalizado no âmbito do Distrito, tendo-se voltado, na prática, ao regime de repartição simples, ou regime de caixa.

No tocante ao regime complementar, recém instituído – o qual, como visto, ainda não está em funcionamento — é importante mencionar que a adesão a este é facultativa. Todavia, consoante previsto no art. 40, §14, da Constituição da República e na LC nº 932/2017, aqueles que vierem a ocupar cargo público efetivo distrital após a aprovação pela PREVIC do regime de previdência complementar terão como limite máximo dos benefícios pagos no regime próprio o teto aplicado ao RGPS, atualmente R\$ 5.645,80.

Deste modo, os servidores e respectivos dependentes apenas terão complementação da aposentadoria ou pensão para além do teto do RGPS se aderirem ao regime complementar. Já o valor desta complementação dependerá da reserva matemática (poupança) que cada servidor dispuser na data de aposentadoria. Esta reserva matemática será formada pelas contribuições mensais dos próprios servidores (segurados) e do ente público (patrocinador).

A Lei Distrital (LC nº 932/2017), do mesmo modo que a Lei que implantou o regime complementar no âmbito federal (Lei nº 12.618/2012 - FUNPRESP) dispôs que a contribuição patronal ao regime complementar será no mesmo percentual da contribuição do servidor, limitada à alíquota de 8,5% (oito e meio por cento). Ambas as contribuições terão como base de cálculo o valor dos vencimentos ou subsídio que ultrapassar o teto do RGPS. Por sua vez, tanto no âmbito do Distrito Federal, como na União, delegou-se aos regulamentos de custeio dos planos a definição das alíquotas que poderão ser adotadas pelos servidores para as respectivas contribuições.

Ressalte-se ainda que os servidores públicos que estejam vinculados ao RPPS/DF antes da implantação do regime complementar poderão fazer opção por este último, no prazo de 360 dias a partir do início do seu funcionamento, opção esta que será irrevogável e irretirável.

Embora ainda não esteja em funcionamento o regime complementar no Distrito Federal, a reforma trouxe alteração imediata para o IPREV/DF, a saber, a autarquia passou a ter a responsabilidade de administrar não um fundo,

mas três: i) o Fundo Financeiro de Previdência Social, destinado ao pagamento dos servidores que ingressarem no serviço público até a instituição da DF-PREVICOM, baseado em regime de repartição simples; ii) o Fundo Capitalizado dos Servidores do Distrito Federal, para aqueles que ingressaram posteriormente, que ficará responsável por pagar os benefícios previdenciários até o limite do RGPS; e iii) o Fundo Solidário Garantidor, criado na reforma, destinado a ser reserva garantidora dos dois anteriores, mediante rentabilização e monetização. Tudo conforme o art. 73-A da Lei Complementar Distrital nº 769/2008, acrescentado pela Lei Complementar Distrital nº 932/2017.

Diante das alterações promovidas pela LC nº 932/2017, conclui-se que a previdência dos servidores do Distrito Federal terá dois principais desafios. O primeiro deles diz respeito à sustentabilidade e ao inevitável déficit do Fundo Financeiro, sobretudo considerando a unificação das massas de segurados já mencionada e a própria concepção desse tipo de fundo, baseado no regime de caixa, no qual não se forma reserva prévia de recursos para o pagamento de benefícios previdenciários presentes e futuros. O segundo desafio diz respeito à implantação e gestão da DF-PREVICOM, de cujos dirigentes e gestores se demandará excelente qualificação técnica e absoluta ética e profissionalismo na condução de seus encargos, para lhes permitir, em ambiente de rígido controle e governança, decisões de investimento baseadas estritamente no mérito da rentabilidade e riscos envolvidos, avaliando inclusive, os cenários de longo prazo.



DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DA

Por Antônio Paulo Pinheiro Lima*

Nosso trabalho possui relação profunda com nossa identidade. Nosso trabalho, em larga medida, nos define: nos apresentamos ao mundo por meio de nossa atividade laboral. Se vamos nos apresentar a alguém, normalmente dizemos nosso nome e, em pouco tempo, comunicamos “o que fazemos da vida”. Nesse sentido, é frequente a associação entre o meu trabalho e quem eu sou. Um exemplo disso é a dificuldade vivida por muitas pessoas no processo de aposentadoria: a perda do vínculo de trabalho deixa um vazio existencial, uma perda de sentido. Se não faço mais o meu trabalho, então quem eu sou?

Se o trabalho possui tamanha associação com a nossa identidade, tudo o que se refere ao mundo do trabalho tem impacto profundo em nossa saúde mental. Quando obtemos conquistas e reconhecimento no trabalho, é natural experimentarmos profunda sensação de bem-estar e orgulho; já quando acontece o oposto, e vivemos frustrações e ataques à nossa dignidade no contexto de trabalho, o dano pode ser devastador, culminando até em suicídio. E o que quero dizer com contexto de trabalho?

Podemos definir contexto de trabalho como a interação de três dimensões básicas: condições de trabalho, organização do trabalho e relações socioprofissionais. As

condições de trabalho se referem às características materiais, como: ambiente, mobiliário e equipamentos. A organização do trabalho se define pelos modos de gestão e execução da atividade laboral: prazos, metas, distribuição de tarefas, jornada de trabalho etc. Já as relações socioprofissionais dizem respeito às interações que mantemos com as pessoas no contexto de trabalho, sejam as relações formais, estruturadas hierarquicamente, ou os contatos informais, numa conversa descontraída entre colegas, por exemplo.

A qualidade dessas três dimensões afeta de maneira crucial a sensação de bem-estar dos trabalhadores. O exercício profissional num ambiente agradável e seguro, com distribuição adequada das tarefas e boa comunicação entre as pessoas tende a promover qualidade de vida no trabalho. Já condições ambientais adversas (barulho, temperatura desconfortável, equipamentos insuficientes, riscos à segurança etc.), combinadas com a má organização do trabalho (distribuição injusta de tarefas, falta de suporte, jornada excessiva de trabalho) e com uma comunicação deficiente (falta de respeito, grosseria, ausência de regras de convivência) são ingredientes para a sensação de desprazer no trabalho e podem suscitar a violência. Esta questão da violência merece ser vista com atenção.



QUALIDADE DE VIDA DE NO TRABAHO



Se ocorre algum episódio de violência no trabalho (agressões pontuais, violência psicológica, assédio moral), a tendência é que sejam responsabilizadas apenas as pessoas envolvidas diretamente na situação. “Fulano é desequilibrado... Cicrano está de mal com a vida”, e por aí vai. Ocorre que a violência pode ser a manifestação de uma série de problemas estruturais no contexto de trabalho, conforme pudemos observar nos dez anos de atuação do Núcleo de Estudos e Ações sobre Violência no Trabalho — NEAVT (composto por psicólogos e assistentes sociais da CLDF). Situações de injustiça, maus tratos e sobrecarga (ou esvaziamento) de trabalho tendem a predispor a violência. Nesse sentido, as pessoas que compõem a organização, especialmente aquelas na posição de gestão, precisam se responsabilizar pela promoção da qualidade de vida no trabalho e na prevenção de fatores que podem gerar mal-estar e culminar em violência.

Nessa busca pela prevenção da violência, os estudiosos do tema frequentemente destacam a importância de se reforçar o sentimento de solidariedade entre os trabalhadores e promover a circulação da palavra, por meio de reuniões em que as pessoas tenham a possibilidade de se expressar. Aqui é importante ressaltar o papel estratégico do Sindicato na criação de espaços públicos de discussão, pelo seu potencial de agregar pessoas e dar voz aos trabalhadores em situação de sofrimento. Em acréscimo, é importante que o Sindicato assuma causas que sejam comuns ao coletivo de trabalhadores, evitando aquelas que podem criar ou acirrar a oposição entre os diversos cargos e/ou categorias de servidores.

Para finalizar, parablenzo o Sindical pela iniciativa de estreitar, por meio desta revista, a comunicação com os trabalhadores. Agradeço também pelo espaço que me foi ofertado para este artigo, no qual me sinto porta-voz de centenas de servidores que procuraram o serviço de Psicologia ou o NEAVT em busca de

apoio em situações de sofrimento relacionado ao trabalho. E por falar em portar a voz, lanço um apelo final a todos os servidores, em especial aos dirigentes e gestores da Casa, para que adotem práticas cada vez mais democráticas e humanizadas de gestão. É preciso priorizar o respeito e a solidariedade em detrimento da competitividade. Para um contexto de trabalho mais saudável, é fundamental que os trabalhadores tenham liberdade para se expressar, participando ativamente da criação de regras de convivência, verbalizando sofrimentos relacionados ao trabalho e contribuindo com o seu valioso saber-fazer.

**Consultor Técnico-Legislativo/Psicólogo Clínico.
Membro do Núcleo de Estudos e Ações sobre Violência no Trabalho — NEAVT.*



¹Para mais informações, veja a cartilha “Violência no Trabalho: Reflexões, Conceitos e Orientações”, disponível na intranet da CLDF.



VAMOS À LUTA E ÀS NEGOCIAÇÕES

Os servidores da Câmara Legislativa se reuniram em assembleia no dia 21 de fevereiro para definir qual seriam os itens da pauta de reivindicações da categoria para 2018. Neste ano, o Sindical abriu espaço para que as sugestões à pauta fossem enviadas para a diretoria via aplicativo *WhatsApp* e posteriormente apresentadas para deliberação.

Os itens para as discussões de 2018 foram analisados e deliberados um a um com base na pauta de 2017. O resultado final foi uma lista com quinze itens, nos quais aparecem pleitos históricos e reivindicações que refletem as necessidades atuais dos servidores na CLDF.

Em destaque na pauta aprovada pelos servidores, Plano de Carreira e reposição de perdas inflacionárias, assim como em 2017, foram definidos como prioridade nas negociações. A

categoria concordou que, em 2018, o Sindical deve centrar esforços em cobrar da direção da Casa uma posição a respeito das propostas de atualização do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações. Na reposição, compensação do índice inflacionário, de acordo com o IPCA e ganho real de 2%. O item concurso público continua na pauta, mas com nova redação. Além de pedir a realização do certame, o Sindical também reivindica a imediata convocação dos aprovados até o suprimento de todos os cargos vagos.

Ponto histórico, a reestruturação administrativa também permanece na pauta com o pedido de modernização da estrutura da Casa, com o pleito de ocupação de 100% dos cargos da estrutura administrativa por servidores da carreira legislativa, obedecendo os critérios técnicos, sem prejuízo dos demais servidores.

Concurso Público

Reivindicação atendida! O edital das provas para o concurso da Câmara Legislativa foi publicado no diário oficial da CLDF no dia 30 de maio. Serão disponibilizadas 86 vagas

para provimento imediato e criação de cadastro de reserva. A previsão é de que as provas sejam realizadas no mês de setembro.

Plano de Carreira

Quando foi aprovado, em 2009, o Plano de Cargos Carreiras e remuneração dos servidores da CLDF, Lei nº 4.342, deixou em alerta os servidores ocupantes dos cargos de auxiliar e assistente legislativo ao tratar da mudança de escolaridade para acesso às carreiras da CLDF, a partir de novos concursos. A própria diretoria no Sindical, na época, previu a tendência de extinção dessas carreiras.

Nove anos depois, finalmente a Casa dá acenos de negociar uma resolução para um problema que ela mesma

criou. O Sindical conseguiu, já em 2018, em negociação com a presidência da CLDF, a proposição de um texto, uma alteração na Lei nº 4.342, que garante a paridade real aos servidores ocupantes dos cargos de auxiliar e assistente legislativo em relação aos demais servidores, o PL 2030/2018.

A diretoria do Sindical permanecerá empenhada em aprovar, perante a direção da CLDF, uma proposta de modernização do Plano de Carreira que, desde 2014, tem sido uma das principais reivindicações do Sindical.

Reestruturação Administrativa

A reestruturação administrativa da CLDF é defendida pela diretoria do Sindical desde 2006, quando foi elaborada sua proposta inicial. Em 2010, por determinação da assembleia geral, uma comissão de servidores atualizou o texto que foi apresentado à direção da Casa. Na época, então presidente da CLDF, deputado Patrício, chegou a realizar algumas reuniões com o sindicato e até a apresentar uma contraproposta ao texto apresentado pela entidade, mas a reestruturação proposta pela direção da CLDF não reduzia cargos comissionados e previa uma economia anual de apenas R\$ 2 milhões. A proposta apresentada e defendida pelo

Sindical viabilizaria uma economia de R\$ 17,5 milhões ao ano.

São 12 anos de espera por uma reestruturação que, se em 2006 era necessária, no cenário atual, se tornou essencial para o pleno funcionamento da Casa. Estamos na iminência da realização de um concurso público, mas precisamos ir além e discutir, rever e reorganizar a estrutura administrativa da CLDF. Esta será uma das metas para 2018.

É dever do Sindical exigir compromisso das autoridades com a profissionalização da máquina pública e, também, colocar-se à disposição para contribuir com as soluções de que a sociedade do Distrito Federal quer e necessita.

Entrevista

Edimar Rodrigues



Quando entrou na CLDF? Em que função?

Entrei em agosto de 1993, como Agente de Apoio, que é correspondente hoje a Auxiliar Legislativo.

Já participou de outros sindicatos?

Não, já fui diretor de uma associação em Tucuruí e de uma cooperativa no Espírito Santo.

Quando se filiou ao sindical e por que?

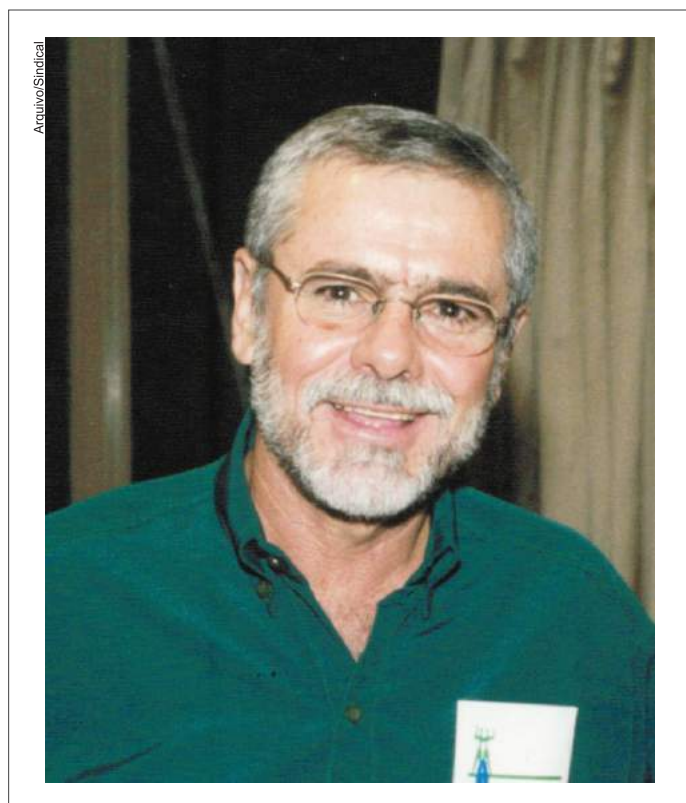
Não lembro a data exata, mas cerca de um mês depois de entrar na Câmara. Eu tinha todo o interesse em participar das discussões e naquele momento o sindicato era muito ativo, muito atuante. Pouco tempo depois, começaram os problemas de relacionamento entre os servidores, criando divisões entre as categorias e isso tudo foi complicando muito e, quanto mais acontecia, mais eu participava.

Como se tornou presidente do Sindical? Como era a relação da entidade com a categoria?

Eu aceitei participar da direção do sindicato quando fizemos o movimento para impedimento da diretoria que não prestava contas. Esse foi o motivo principal. Isso estava criando muito problema com relação à credibilidade do sindicato, porque categorias se digladiavam, uns apoiavam, outros eram contrários. Nesse embate, eu fiquei contrário à atuação daquela diretoria e fui convidado a participar da Comissão Gestora e permaneci no movimento até o final, quando a diretoria foi destituída. Uns três meses após o término da Comissão Gestora, tivemos a eleição, fui indicado como presidente e nossa chapa venceu.

Problemas antigos e atuais do Sindical?

Eu acho que, fora breves momentos, de uns tempos para cá tem diminuído muito a participação da categoria e esse é um grande problema. E isso começou depois desse momento de embate, acabou aquele entusiasmo, aquela luta. Assim que as coisas vão assentando, vão se resolvendo, a categoria vai se afastando, se acomodando porque não precisa mais lutar. Então, as conquistas vieram paulatinamente e isso acomodou. Acho que um grande problema é essa acomodação. Normalmente, um sindicato tem que ser



Edimar Rodrigues, XIII Congresso da Fenal em 2005, como presidente do Sindical.

forte pela base, não pela diretoria, não é uma questão de ter uma diretoria forte ou carismática, não é isso. Na minha opinião, um sindicato forte é aquele em que a categoria participa ativamente e isso geralmente acontece quando há uma grande demanda, um grande problema.

Que caminhos o Sindical deveria seguir hoje para ampliar seu apoio aos servidores?

Na verdade, é o inverso, o servidor é quem tem que apoiar o sindicato. A diretoria tem que ter muita credibilidade, tem que agir com muita independência da direção da Casa, com muita integridade, procurar sempre tomar as decisões em assembleia, exceto coisas mais internas, administrativas, mas nunca tentar guiar a categoria. Quem guia o sindicato é a base, com aquilo que é aprovado em assembleia. Para mim o sindicato que preza pela categoria tem que seguir esses caminhos, seguir o estatuto fielmente, não se desviar do estatuto da entidade, senão a diretoria começa a se desvirtuar.

MEMÓRIA

fotográfica

ANTIGA SEDE DA CLDF

Ao pensar nas grandes lutas e vitórias de nossa entidade, é inevitável lembrar dos momentos vividos na antiga sede da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Seus espaços foram palco de muitas de nossas ações na batalha por direitos e conquistas. Nada mais

nostálgico do que relembrar assembleias, reuniões e mobilizações ocorridas há cerca de 10 anos ou mais. Nesta edição da Revista Sindical, trazemos memórias de nossa categoria em momentos no hall de acesso ao plenário, no auditório da Casa e na galeria do plenário. Confira!



Arquivo/Sindical

HALL DE ACESSO AO PLENÁRIO

Arquivo/Sindical



Arquivo/Sindical



AUDITÓRIO DA CLDF

Arquivo/Sindical



Arquivo/Sindical



AUDITÓRIO DA CLDF

Arquivo/Sindical



Ana Paula Alves



GALERIA DO PLENÁRIO

Arquivo/Sindical



Arquivo/Sindical



GALERIA DO PLENÁRIO

Arquivo/Sindical



Arquivo/Sindical



O QUE NÓS ESTAMOS LENDO



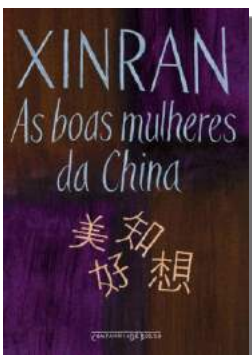
Luiz Inácio Lula da Silva - A verdade vencerá

Editora Boitempo

Às vésperas do desfecho de uma guerra jurídica sem precedentes, chega às livrarias o livro "A verdade vencerá: o povo sabe por que me condenam", do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O lançamento se situa em um momento crucial da vida de um dos maiores políticos da história brasileira, na virada de fevereiro para março de 2018, enquanto o país aguarda a decisão do Poder Judiciário sobre sua prisão em decorrência da perseguição movida pela operação Lava Jato.

O coração da obra são as 124 páginas, de um total de 216, que apresentam um retrato fiel do ex-presidente no presente contexto em formato de uma longa entrevista concedida aos jornalistas Juca Kfoury e Maria Inês Nassif, ao professor de relações internacionais Gilberto Maringoni e à editora Ivana Jinkings, fundadora e diretora da editora Boitempo.

Sugestão da servidora Maria Deusa Cavalcanti, Técnico Legislativo - Aposentada.

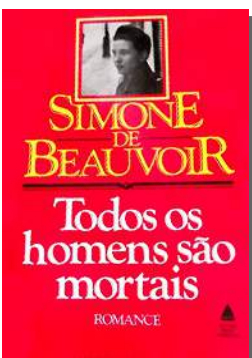


Xinran - As boas mulheres da China

Editora Companhia de Bolso

Entre 1989 e 1997, a jornalista Xinran entrevistou mulheres de diferentes idades e condições sociais, a fim de compreender a condição feminina na China moderna. Seu programa de rádio, «Palavras na Brisa Noturna», discutia questões sobre as quais poucos ousavam falar, como vida íntima, violência familiar, opressão e homossexualismo. De forma cautelosa e paciente, Xinran colheu inúmeros relatos de mulheres em que predomina a memória da humilhação e do abandono: estupros, casamentos forçados, desilusões amorosas, miséria e preconceito. São histórias como as de Hua'er, violentada em nome da "reeducação" promovida pela Revolução Cultural; da catadora de lixo que impôs a si mesma um ostracismo voluntário para não envergonhar o filho, um político bem-sucedido; ou ainda a de uma menina que perdeu a razão em consequência de uma humilhação intensa.

Sugestão da servidora Marlene Rosa, Técnico Legislativo.



Todos os homens são mortais

Editora Nova Fronteira

Um personagem do século XIII, o Conde Fosca, desafia o tempo e chega até os dias de hoje questionando tópicos inerentes à natureza humana, tais como a ambição, o poder, a imortalidade, o prazer, o destino e a transcendência. Um ensaio em forma de ficção que realça os absurdos da consciência.

O romance narra a instigante jornada interna e externa do conde através do tempo e de regiões diversas. Punido pela imortalidade que recebe, apesar de muito tê-la desejado pela ambição ao poder, o conde Fosca havia imaginado o futuro onde veria seus esforços do presente serem realizados, mas aprende que tudo faz parte de um círculo e tudo se repete incessantemente.

Sugestão da servidora Soraya da Cruz Aguiar, Auxiliar Legislativo.



Os parceiros invisíveis

Editora Paulus

Este livro foi escrito para pessoas que querem entender melhor a si mesmas e seus relacionamentos. Demonstra de que modo a parte feminina de um homem e a parte masculina de uma mulher constituem os parceiros invisíveis em qualquer relacionamento homem-mulher.

Os homens costumam pensar e julgar-se apenas como homens e as mulheres como mulheres, mas os fatos psicológicos mostram que todo ser humano é andrógino. A mitologia e as tradições antigas, que frequentemente expressam verdades psicológicas que de outro modo escapariam à nossa atenção, muitas vezes atestam esta crença na dualidade sexual da natureza humana.

Sugestão da servidora Cláudia Boudrini, Técnico Legislativo.

SERVIDORES EM AÇÃO

Mário Noleto

A fotografia antiga, na Esplanada dos Ministérios, durante manifestação contra a revisão constitucional, em 1997, faz contraste com o registro de 19 anos depois, Noleto em 2016, contra o PLP 257/2016, na mesma Esplanada, pelo mesmo Sindical.

Apesar da surpresa do servidor ao rever a fotografia, nos arquivos do sindicato, é fácil encontrar outros registros de Mário Noleto nas atividades da entidade.

Atual presidente do Conselho Fiscal, Mário ingressou na CLDF em 1993, no cargo de Técnico Legislativo, foi diretor do Sindical e tem atuação de destaque com participação ativa em assembleias, reuniões setoriais e manifestações.

Filiado ao sindicato desde 1993, ele lembra das expectativas da categoria na época da fundação da entidade. “A gente tinha uma grande esperança no sindicato para que quebrassem as barreiras e a discriminação contra o servidor efetivo. O primeiros efetivos eram muito discriminados pelos servidores comissionados e requisitados. Havia muita resistência contra os concursados e o sindicato era essa garantia de cumprimento dos direitos do servidor. Estávamos entrando na CLDF e viamos com esse objetivo de nos fortalecer e a união àquela época foi muito importante”, explicou.

Para o servidor, a participação da categoria nas atividades do sindicato diminuiu ao longo dos anos. “Hoje o servidor tende a não participar das assembleias ou, com a questão das mídias sociais, participar só pelas mídias sociais. Algumas vezes, eu mesmo não consigo aparecer pela quantidade de serviço no setor”, argumentou. A aposentadoria de grande parte dos servidores é outro fator que, para Noleto, tem diminuído a participação. “O quadro está ficando mais enxuto”, disse.



Acesse
o conteúdo digital dessa
entrevista, por meio de
seu smartphone, utilizando
o QR Code ao lado!



De cima para baixo: Mário Noleto em manifestação pelo Sindical contra Revisão Constitucional em 1997; Em 2016, novamente em mobilização do Sindical contra o PLP 257/2016; Por volta de 1993, solenidade na antiga sede da CLDF.

Assessoria Jurídica

O Sindical agora
oferece atendimento
jurídico total aos
seus filiados.

CAUSAS TRABALHISTAS

Dr. Adovaldo Filho

Atendimento todas as sextas-feiras
na sede do Sindical.
Com agendamento prévio pelo
telefone 3347 8400

DEMAIS CASOS

Dr. Marcelo Monancheli

Atendimento segundas, quartas e
quintas-feiras no posto do Sindical
na CLDF.
Contato: 99341 8062